

OS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL E A FORMAÇÃO CONTINUADA PARA A INCLUSÃO: UMA PERCEPÇÃO PEDAGÓGICA

ELEMENTARY SCHOOL TEACHERS AND CONTINUING EDUCATION FOR INCLUSIVE EDUCATION: A PEDAGOGICAL PERSPECTIVE

LOS DOCENTES DE EDUCACIÓN PRIMARIA Y LA FORMACIÓN CONTINUA PARA LA EDUCACIÓN INCLUSIVA: UNA PERSPECTIVA PEDAGÓGICA

Flaviano Lima de Queiroz¹
Catarina Maria Ramalho Xavier²
Rozineide Iraci Pereira da Silva³

RESUMO: Este artigo tem como objetivo identificar a eficácia da formação continuada de professores numa perspectiva de uma educação inclusiva no ensino fundamental observando e avaliando as capacitações oferecidas nas redes públicas brasileiras aos professores, bem como o enfrentamento às dificuldades existentes para atuarem frente a educação inclusiva. Baseia-se em teorias atuais sobre educação inclusiva e a formação de professores, destacando a sala de recursos como espaço destinado a atender alunos com necessidades especiais enfatizando a preparação contínua dos educadores para lidarem com a diversidade nas instituições de ensino. A partir dessas visões, fica claro que a formação de docentes deve abranger não apenas habilidades técnicas, mas também a sensibilização ética e pedagógica imprescindível para a criação de ambientes inclusivos, que garantam o direito à educação de todos os alunos, independentemente de suas condições individuais. Por outro lado, evidencia que formações continuadas baseadas em metodologias participativas, reflexão crítica e colaboração entre os profissionais promovem transformações efetivas nas práticas pedagógicas, ampliando a capacidade dos professores para lidar com a diversidade. Os resultados indicam a necessidade de políticas públicas contínuas, contextualizadas e integradas que valorizem o protagonismo docente e garantam o desenvolvimento profissional permanente, condições essenciais para a consolidação de uma educação inclusiva de qualidade.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Formação Continuada. Políticas Públicas. Capacitação Docente.

¹ Doutorando em Ciências da Educação pela Christian Business School. Bibliotecário-Docentalista na Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

² Doutoranda em Ciências da Educação pela Christian Business School. Bibliotecária-Docentalista na Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

³ Professora-Orientadora pela Christian Business School.

ABSTRACT: This article aims to identify the effectiveness of continuing teacher education from the perspective of inclusive education in elementary school, by observing and evaluating the training programs offered to teachers in Brazilian public school systems, as well as the challenges they face in working within an inclusive education framework. The study is based on current theories of inclusive education and teacher training, highlighting the resource room as a space designed to support students with special educational needs and emphasizing the continuous preparation of educators to deal with diversity in educational institutions. From these perspectives, it becomes clear that teacher education should encompass not only technical skills but also the ethical and pedagogical awareness essential for creating inclusive environments that guarantee the right to education for all students, regardless of their individual conditions. Furthermore, the study demonstrates that continuing education programs based on participatory methodologies, critical reflection, and collaboration among professionals promote effective transformations in pedagogical practices, enhancing teachers' ability to address diversity. The results indicate the need for continuous, contextualized, and integrated public policies that value teachers' active role and ensure ongoing professional development, which are essential conditions for the consolidation of high-quality inclusive education.

Keywords: Inclusive Education. Continuing Education. Public Policies. Teacher Training.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo identificar la eficacia de la formación continua de los docentes desde la perspectiva de una educación inclusiva en la enseñanza primaria, observando y evaluando las capacitaciones ofrecidas en las redes públicas brasileñas a los profesores, así como el enfrentamiento de las dificultades existentes para actuar en el contexto de la educación inclusiva. Se basa en teorías actuales sobre educación inclusiva y formación docente, destacando la sala de recursos como un espacio destinado a atender a estudiantes con necesidades especiales y enfatizando la preparación continua de los educadores para abordar la diversidad en las instituciones educativas. A partir de estas perspectivas, queda claro que la formación docente debe abarcar no solo habilidades técnicas, sino también la sensibilización ética y pedagógica indispensable para la creación de entornos inclusivos que garanticen el derecho a la educación de todos los estudiantes, independientemente de sus condiciones individuales. Por otro lado, se evidencia que las formaciones continuas basadas en metodologías participativas, reflexión crítica y colaboración entre los profesionales promueven transformaciones efectivas en las prácticas pedagógicas, ampliando la capacidad de los docentes para trabajar con la diversidad. Los resultados indican la necesidad de políticas públicas continuas, contextualizadas e integradas que valoren el protagonismo docente y garanticen el desarrollo profesional permanente, condiciones esenciales para la consolidación de una educación inclusiva de calidad.

Palabras clave: Educación Inclusiva. Formación Continua. Políticas Públicas. Capacitación Docente.

1 INTRODUÇÃO

A formação continuada dos professores do ensino fundamental emerge como um componente indispensável para a consolidação da educação inclusiva dentro do sistema educacional brasileiro. Desde a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão e de outras políticas

públicas relacionadas à garantia do direito à educação para todos, a necessidade de capacitar docentes para atender adequadamente à diversidade de estudantes tem se tornado cada vez mais evidente. Conforme apontam Mantoan (2006), Nóvoa (2009) e Gatti (2010), Bersch (2017) Fonseca (2012), Freire (1996), Freitas (2006), Glat (2007), Piaget (1975) a formação docente não deve se restringir conhecimentos técnicos, mas deve integrar dimensões éticas, pedagógicas e socioculturais que permitam a construção de ambientes escolares acolhedores, inclusivos e capazes de respeitar as singularidades dos alunos, especialmente daqueles com necessidades educativas especiais.

Nesse panorama, o ensino fundamental assume papel estratégico, uma vez que correspondem ao estabelecimento das primeiras aprendizagens essenciais para o desenvolvimento acadêmico, social e emocional dos estudantes. Professores atuantes nessa etapa enfrentam o desafio de adaptar suas práticas pedagógicas para abraçar a diversidade, exigindo uma formação continuada robusta, que dialogue com as demandas contemporâneas da educação inclusiva. Contudo, apesar dos avanços normativos e dos esforços institucionais para implementação de programas formativos, pesquisas indicam que persistem lacunas significativas quanto à qualidade, frequência e adequação dessas ações de formação. Tais insuficiências comprometem a articulação entre teoria e prática, limitando a efetividade das intervenções pedagógicas direcionadas aos alunos com diferentes necessidades e potencialidades.

3

Ademais, a formação continuada deve ser compreendida como um processo dinâmico e permanente, que transcende cursos pontuais e incorpora a reflexão crítica sobre as práticas docentes, o fortalecimento das competências socioemocionais e o engajamento com as comunidades escolares e familiares. Esse enfoque integral representa uma dimensão ainda incipiente em muitos contextos, demandando maior investimento e compromisso dos órgãos gestores da educação. Diante dessa conjuntura, torna-se imperativo analisar os processos, estratégias e impactos da formação continuada oferecida aos professores do ensino fundamental, a fim de identificar boas práticas, desafios e possibilidades para a promoção da inclusão escolar de maneira efetiva e sustentável.

O presente estudo, portanto, busca contribuir para a melhoria de políticas públicas acerca da formação docente e sua centralidade na educação inclusiva, explorando como as iniciativas de capacitação influenciam as práticas pedagógicas e a qualidade do atendimento aos estudantes em situação de vulnerabilidade educacional. Espera-se que os resultados possam subsidiar o

desenvolvimento colaborativo entre os políticos de forma mais articuladas, a valorização dos profissionais da educação e a construção de escolas mais justas, equitativas e sensíveis à diversidade presente no cotidiano escolar.

A abordagem utilizada na elaboração deste artigo é classificada como pesquisa bibliográfica, uma vez que foram examinados conteúdos previamente publicados, incluindo livros, artigos, teses, dissertações, documentos oficiais e periódicos. O intuito é compilar, avaliar e debater o saber acumulado a respeito de um assunto específico. Conforme mencionado por Severino (2016), essa modalidade de pesquisa baseia-se em registros existentes de estudos anteriores para desenvolver uma nova análise crítica sobre o tema em questão. Conforme Fonseca (2002), esse tipo de investigação possibilita ao pesquisador acessar diversas contribuições científicas a respeito de um assunto específico, ajudando na elaboração do referencial teórico e na sustentação da pesquisa.

A pesquisa bibliográfica é feita partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Fonseca (2002, p. 32).

2 FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES PARA ATENDER A EDUCAÇÃO ESCOLAR EQUITATIVA

De acordo com Soraia Napoleão Freitas (2006), a formação docente deve desenvolver competências intelectuais que permitam ao professor atuar em situações singulares no contexto educacional. Assim sendo, a formação continuada dos docentes deve por em evidências uma perspectiva inclusiva onde necessário se faz a união de todos, Tanto o educador quanto a instituição de ensino precisam se engajar em um esforço que vá além da simples inclusão, priorizando a valorização de cada pessoa como cidadão, independentemente de suas condições. É necessário promover novas visões dentro do ambiente escolar, já que a inclusão requer uma nova atitude por parte da escola. Nesse sentido, a participação do professor é essencial, e ele deve buscar aprimoramento contínuo, atuando como um estimulador tanto para os alunos com necessidades especiais quanto para aqueles que compartilham o mesmo espaço.

A formação contínua oferece a oportunidade de aprofundar a reflexão crítica sobre a prática pedagógica, incentivando os educadores a revisar suas ideias e abordagens diante da pluralidade presente na sala de aula. Essa capacitação constante deve abordar questões ligadas à justiça social, direitos humanos e acessibilidade, aumentando a consciência dos docentes em

relação às necessidades específicas dos alunos. Dessa forma, é viável cultivar uma educação que reconhece e valoriza a diversidade, aproveitando-a como um recurso para melhorar os processos de ensino e aprendizagem, promovendo a igualdade de oportunidades e favorecendo o êxito escolar de todos os alunos.

“A formação continuada deve ser compreendida como parte essencial do desenvolvimento profissional docente, pois permite ao professor refletir criticamente sobre sua prática pedagógica, reconstruir conhecimentos e adaptar-se às constantes transformações sociais e educacionais. Nesse processo, o educador amplia suas competências teóricas e metodológicas, fortalecendo sua atuação em sala de aula e contribuindo para uma educação mais democrática, inclusiva e de qualidade. A formação contínua não ocorre apenas em cursos formais, mas também nas experiências cotidianas, nas trocas entre pares e na reflexão sobre os desafios do contexto escolar.”
(António Nóvoa, 1995, p. 25)

A transformação do papel do educador na educação inclusiva requer que o professor implemente abordagens pedagógicas adaptativas, acolhedoras e que respeitem a diversidade dos alunos. De acordo com Maria Teresa Eglér Mantoan (2006), "incluir é garantir que ninguém fique de fora da escola regular", o que implica a necessidade de novas abordagens metodológicas e formação contínua. Para Paulo Freire (1996), o educador deve atuar como um agente flexível e transformador do ambiente escolar. Nesse cenário, a reconfiguração do professor inclui inovação, empatia e um compromisso ético com o aprendizado de todos os alunos. Dessa maneira, a educação inclusiva altera a função do docente, posicionando-o como facilitador da igualdade e da participação social.

Certamente, mudanças ocorrem ao longo do ano, influenciadas pelas lacunas existentes e pelos desafios enfrentados por cada estudante. Entretanto, o suporte dos gestores para os novos educadores é crucial para a realização de um trabalho eficaz. A formação contínua para professores, sejam eles pedagogos ou especialistas, está em constante evolução e incorpora novas metodologias de ensino e aprendizagem, dada a dinâmica de transformação do país e do mundo. Um exemplo disso foi a época da pandemia, quando os educadores precisaram se adaptar a novas técnicas de ensino; as aulas online tornaram-se obrigatórias e evidenciaram a necessidade de inovação no processo educativo.

3 SALA DE RECURSOS

O trabalho nas salas de recursos conta com a presença de profissionais com expertise, como educadores de Atendimento Educacional Especializado (AEE), que desenvolvem um acompanhamento individualizado para os alunos, ajudando-os a superar desafios e a maximizar suas habilidades. O intuito não é fazer uma substituição das aulas convencionais, mas

proporcionar um suporte adicional que atenda ao ritmo e às necessidades específicas de cada aluno. Segundo Prieto (2006), as salas de recursos multifuncionais servem como uma assistência complementando o ensino regular, favorecendo a inclusão e o aprendizado dos estudantes que são o foco da educação especial. Dessa forma, a sala de recursos configura-se como um instrumento importante para a concretização das políticas públicas de inclusão educacional, alinhando-se às diretrizes da educação especial integrativa e buscando promover a efetiva participação de todos os alunos no processo escolar.

“ A educação inclusiva implica um processo de transformação da escola, de modo que todos os alunos tenham suas especificidades respeitadas e valorizadas. Isso requer mudanças nas práticas pedagógicas, na organização curricular e na formação continuada dos professores, visando garantir condições efetivas de aprendizagem e participação de todos os estudantes no ambiente escolar”.(Maria Teresa Eglér Mantoan, 2006, p. 23).

A atuação desses profissionais requer formação contínua, empatia, planejamento e a capacidade de se adaptar às diversas realidades dos alunos. Ademais, a colaboração entre educadores, pedagogos e famílias fortalece o desenvolvimento cognitivo e a dimensão sócio emocional dos estudantes. Dessa maneira, a sala de recursos, combinada com as competências da equipe escolar, desempenha um papel importante para uma educação mais inclusiva, justa e centrada no ser humano. Um aspecto a ser considerado são os desafios decorrentes das diferentes deficiências que podem estar presentes entre os alunos. Na escola, é possível encontrar estudantes com deficiências visuais, físicas, auditivas, mentais, múltiplas, além de condições como o transtorno do espectro autista, o transtorno do déficit de atenção e hiperatividade, e altas habilidades/superdotação. Cada uma dessas deficiências exige recursos distintos, o que demanda a presença de profissionais qualificados para atender a essas diversas necessidades.

Ficou evidente que a sala de recursos exerce uma função crucial no processo de inclusão educacional, oferecendo apoio pedagógico especializado para alunos com necessidades educacionais específicas. Nesse cenário, as habilidades dos professores e pedagogos são vitais para assegurar métodos de ensino que sejam acolhedores, flexíveis e eficazes.

4 INFRAESTRUTURA DE UMA SALA DE RECURSOS

A sala de recursos é um ambiente pedagógico especializado que visa atender estudantes com necessidades educacionais especiais no âmbito do ensino fundamental. A estrutura física desse espaço deve seguir critérios que garantam um ambiente acessível, seguro e eficiente,

alinhado às demandas dos alunos dessa etapa escolar. Em primeiro lugar, a sala deve estar numa localização de fácil acesso, idealmente em uma área afastada do movimento intenso da escola, para assegurar um espaço calmo e adequado à concentração, bem como ao atendimento individual ou em pequenos grupos. Segundo Vigotsky (1998), o aprendizado humano é fundamentalmente social e ocorre por meio de um processo em que as crianças se inserem na vida intelectual das pessoas ao seu redor.

As dimensões do espaço devem ser suficientes para acomodar as atividades pedagógicas e os recursos necessários, respeitando os parâmetros legais que indicam, em geral, uma área mínima de 20 a 30 metros quadrados. Esse espaço deve permitir a circulação adequada, especialmente para alunos com mobilidade reduzida, observando as normas de acessibilidade, como rampas, portas amplas e ausência de barreiras físicas internas.

“A acessibilidade no ambiente escolar não se limita à eliminação de barreiras arquitetônicas, mas envolve também a garantia de condições pedagógicas, comunicacionais e atitudinais que possibilitem a participação plena de todos os estudantes no processo educativo.”
(Maria Tereza Égler Mantoan, 2006).

A luz natural deve ser valorizada, sendo complementada por uma iluminação artificial apropriada, que evite sombras ou reflexos, garantindo a saúde visual dos usuários. Ademais, o ambiente deve dispor de uma ventilação eficaz e de um sistema de climatização, assegurando conforto térmico durante todo o ano. Conforme Montessori (1987), o espaço escolar precisa ser considerado como um ambiente de aprendizagem, que deve garantir segurança, suporte e incentivos essenciais para o pleno desenvolvimento do estudante.

No que diz respeito ao mobiliário, é essencial que ele atenda às necessidades dos alunos, com mesas e cadeiras projetadas de forma ergonômica e regulável, favorecendo posturas adequadas e estimulando a participação ativa nas atividades. Estantes, armários e painéis devem ser organizados de maneira prática, garantindo fácil acesso aos materiais de ensino e mantendo um ambiente arrumado e convidativo.

Conforme afirmado por Romeu Kazumi Sasaki (1997), os móveis adaptados são essenciais para assegurar a acessibilidade, uma vez que favorecem a independência, o bem-estar e a participação efetiva de pessoas com deficiência em ambientes físicos e sociais.

Finalmente, a estrutura física precisa incorporar elementos que assegurem a proteção dos usuários, como sinalização apropriada, extintores de incêndio e pisos com características antiderrapantes, contribuindo para reduzir os riscos de acidentes e oferecer um ambiente seguro para a realização das atividades educacionais. De acordo com Libâneo (2004), "a escola deve ser

um local seguro, receptivo e bem organizado, capaz de proporcionar condições adequadas para o desenvolvimento completo dos estudantes, promovendo a aprendizagem e a convivência social”.

5 RECURSOS MATERIAIS E TECNOLÓGICOS PARA A SALA DE RECURSOS

Os materiais e tecnologias presentes na sala de recursos são essenciais para oferecer um atendimento personalizado, seja individualmente ou em pequenos grupos, alunos do ensino fundamental que apresentam necessidades educativas especiais. É crucial que esses recursos sejam variados e ajustados para implementar estratégias de ensino que estimulem a aprendizagem, o aprimoramento de competências e a independência dos estudantes.

“ a prática pedagógica inclusiva exige do professor a capacidade de reinventar estratégias, recursos e metodologias de ensino, de modo que o currículo seja acessível a todos os estudantes. Os recursos pedagógicos não devem ser vistos apenas como suporte material, mas como meios de construção da autonomia e da participação dos educandos.” (José Carlos Libâneo, 2013, p. 98).

Entre os materiais mais indicados estão os recursos didáticos concretos, que tornam a compreensão dos conteúdos mais acessível por meio da manipulação e da experimentação. Exemplos incluem jogos educativos, instrumentos sensoriais e materiais táteis e visuais. Esses recursos ajudam na construção do conhecimento através da interação direta com os objetos, promovendo a cognição e a criatividade. Segundo Jean Piaget (1975), "o conhecimento não surge apenas da experiência isolada dos objetos, nem de uma programação inata preestabelecida no indivíduo, mas sim da construção contínua que envolve a elaboração de novas estruturas ". Essa perspectiva enfatiza que a aprendizagem ocorre de forma ativa, através da interação do aluno com o ambiente e os materiais empregados no processo educativo.

A tecnologia assistiva assume papel destacado na sala de recursos, sendo representada por equipamentos como softwares educativos, computadores, tablets e aparelhos de comunicação alternativa, que podem atender às especificidades de cada aluno. A integração dessas tecnologias permite diversificar as estratégias de ensino e promover maior independência dos estudantes nos processos de aprendizagem. Para Bersch (2017), “a tecnologia assistiva, quando integrada ao currículo escolar, favorece a autonomia, a comunicação e a participação efetiva dos estudantes com deficiência.”

Além dos instrumentos, é fundamental contar com recursos educativos adequados às exigências dos estudantes, como livros em braille, áudio livros, lupas, aparelhos para suporte

auditivo e móveis acessíveis. Esses componentes ajudam a remover obstáculos no aprendizado e promovem a inclusão genuína na escola comum.

“As adaptações curriculares e pedagógicas devem ser compreendidas como instrumentos que favorecem o acesso a permanência e a aprendizagem dos alunos, respeitando seus ritmos, necessidades e potencialidades, possibilitando práticas educativas mais flexíveis e inclusivas no contexto escolar.” (Brasil.Ministério da Educação, 1998).

A estruturação e a estratégia para a utilização desses recursos precisam levar em conta a variedade dos alunos atendidos, garantindo espaço para a flexibilidade e a criatividade dos educadores e especialistas. Essa configuração contribui para a elaboração de abordagens pedagógicas personalizadas, que considerem o ritmo, os interesses e as habilidades de cada aluno. Luckesi (1994) declara que “a ação pedagógica deve estar voltada para a transformação social e para a formação integral do estudante.”

A acessibilidade é um aspecto essencial na configuração da sala de recursos, garantindo que o espaço, os materiais e as abordagens pedagógicas atendam às diversas necessidades dos alunos do ensino fundamental, independentemente de suas limitações físicas, sensoriais ou cognitivas. As alterações no ambiente devem incluir, entre outros aspectos, pisos antiderrapantes, sistemas de sinalização tátil e visual, corrimãos, barras de apoio e adaptações de mobiliário que assegurem o conforto e a autonomia dos estudantes com deficiências ou dificuldades de mobilidade. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, "as escolas devem receber todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras." Essa afirmação, contida na Declaração de Salamanca, reforça o princípio da acessibilidade na educação inclusiva.

Além disso, a formação continuada dos profissionais que atuam na sala de recursos é fundamental para que essas adaptações sejam implementadas com eficácia e sensibilidade. A capacitação envolve o domínio de metodologias inclusivas, o conhecimento das necessidades especiais e a articulação com a equipe pedagógica da escola regular para promover a integração e o acompanhamento adequado dos alunos. Segundo Freire (1996) Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma educador, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão sobre a prática.”

6 CONCLUSÃO

Conclui-se que a educação continuada é crucial para aprimorar práticas pedagógicas inclusivas e assegurar uma educação de excelência para todos os alunos. Nesse cenário, a sala

de recursos multifuncionais exerce uma função importante no atendimento às necessidades particulares dos estudantes, ajudando no processo de aprendizado e na promoção da autonomia. No entanto, a implementação da inclusão escolar também requer uma infraestrutura adequada, que ofereça acessibilidade, conforto e condições propícias para o ensino. Além disso, os materiais disponíveis nas salas de aula regular e de recursos precisam ser variados e adaptados às diferentes realidades dos alunos. A visão do professor sobre a formação continuada enfatiza a necessidade de capacitações constantes, focadas em metodologias inclusivas e no enfrentamento dos desafios diários da prática pedagógica. Assim sendo, investir na valorização profissional e nas condições de trabalho é fundamental para uma educação mais humana, democrática e inclusiva

Este trabalho visou, portanto, agregar valor às políticas públicas relacionadas à formação de professores e sua importância na educação inclusiva. Analisando de que maneira as ações de desenvolvimento profissional afetam as abordagens pedagógicas e a eficácia no atendimento a alunos que se encontram em situações de vulnerabilidade educacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Adaptações curriculares: estratégias para a educação de** 10
alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC/SEESP, 1998.

BERSCH, Rita. **Tecnologia assistiva e educação inclusiva.** Porto Alegre: Assistiva Tecnologia e educação, 2017

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: paz e terra, 1996.

FREITAS, Soraia Napoleão. **A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo.** In: RODRIGUES, David (org.). *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.* São Paulo: Summus, 2006.

GLAT, Rosana; BLANCO, Vera Lúcia. **Inclusão escolar: diferença, aprendizagem e construção de sentidos.** Rio de Janeiro: Wak, 2007.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança.** Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LUKECKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação.** São Paulo: Cortez, 1994.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?*

São Paulo: Moderna, 2006.

MONTESSORI, Maria. *A criança*. São Paulo: Nórdica, 1987.

NÓVOA, António. *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

PRIETO, Rosângela Gavioli. *Política de inclusão escolar no Brasil*. São Paulo: summus, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: Wva, 1997.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

VYGOTSKY, Lev. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.